



Balanço

Funcorsan 2016



Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial Consolidado

Apresentamos o Balanço Patrimonial de 2016, juntamente aos Demonstrativos Contábeis e as Notas Explicativas.

O Balanço é o documento que apresenta a principal demonstração contábil de uma empresa. O Balanço Patrimonial Consolidado da Funcorsan é a representação gráfica de todo o patrimônio da entidade. Nela constam os valores do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido, refletindo a posição financeira em dezembro de 2016.

Demonstrativos Contábeis

Neste item, evidenciaremos as tabelas demonstrativas contábeis, referentes ao exercício de 2016. Cabe salientar que as notas explicativas integram as demonstrações contábeis a seguir.

Valores Expressos em R\$ Mil

I - BALANÇO PATRIMONIAL EM DEZEMBRO DE 2016 CONSOLIDADO - EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
Ativo	1.452.679	1.309.615	Passivo	1.452.679	1.309.615
Disponível	37	39	Exigível operacional	4.202	5.019
Realizável	1.451.953	1.308.959	Gestão Previdencial	1.765	1.429
Gestão Previdencial	100.703	146.289	Gestão Administrativa	2.176	3.311
Gestão Administrativa	927	849	Investimentos	261	279
Investimentos	1.350.323	1.161.821	Exigível Contingencial	39.820	20.014
Fundos de Investimentos	1.234.343	1.055.930	Gestão Previdencial	23.033	18.991
Investimentos Imobiliários	73.868	67.099	Gestão Administrativa	527	282
Empréstimos e Financiamentos	41.949	38.792	Investimentos	16.260	741
Depósitos Judiciais/Recurrais	163	-			
Permanente	689	617	Patrimônio Social	1.408.657	1.284.582
Imobilizado	689	617	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.403.873	1.280.619
			Provisões Matemáticas	1.548.598	1.402.290
			Benefícios Concedidos	1.168.050	1.059.791
			Benefícios a Conceder	721.390	697.843
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(340.842)	(355.344)
			Equilíbrio Técnico	(144.725)	(121.671)
			Resultados Realizados	(144.725)	(121.671)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(144.725)	(121.671)
			Fundos	4.784	3.963
			Fundos Administrativos	4.241	3.412
			Fundos dos Investimentos	544	551

Elena Hahn Raupp

Adimilson Luiz Stodulski

Gilmar Antonio Arnt

Baiard Silva Ozorio

Diretora
Superintendente

Diretor Financeiro e
Administrativo

Diretor de
Seguridade

Contador
CRC/RS 57.807/O-4

CPF: 177.314.700-59

CPF: 560.601.140-91

CPF: 407.143.810-04

CPF: 653.122.870-91

Valores Expressos em R\$ Mil

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS EM DEZEMBRO DE 2016
CONSOLIDADO
EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação %
A) Patrimônio Social - Início do exercício	1.284.582	1.070.618	19,99
1. Adições	319.016	342.618	-6,89
Contribuições Previdenciais	136.113	131.270	3,69
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	170.917	134.539	27,04
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	65.765	-100,00
Receitas Administrativas	11.153	10.261	8,69
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	832	689	20,75
Constituição de Fundos de Investimentos	-	94	-100,00
2. Destinações	(194.940)	(128.654)	51,52
Benefícios	(174.370)	(116.035)	50,27
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(9.406)	-	100,00
Despesas Administrativas	(10.922)	(12.619)	-13,45
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(235)	-	-
Reversão de Fundos de Investimentos	(7)	-	-
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	124.075	213.964	-42,01
Provisões Matemáticas	146.308	280.508	-47,84
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(23.054)	(64.969)	-64,52
Fundos Administrativos	828	(1.670)	149,58
Fundos dos Investimentos	(7)	95	-107,37
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	1.408.657	1.284.582	9,66






Elena Hahn Raupp	Adimilson Luiz Stodulski	Gilmar Antonio Arnt	Baiard Silva Ozorio
Diretora Superintendente	Diretor Financeiro e Administrativo	Diretor de Seguridade	Contador
CPF: 177.314.700-59	CPF: 560.601.140-91	CPF: 407.143.810-04	CRC/RS 57.807/O-4 CPF: 653.122.870-91

Valores Expressos em R\$ Mil

**III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – DMALPB -
EM DEZEMBRO DE 2016
CÓDIGO PREVIC: 19.790.038-74
EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN**

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação %
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.280.619	1.065.080	20,24
1. Adições	313.996	337.874	-7,07
Contribuições	143.079	137.570	4,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	170.917	134.539	27,04
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	65.765	-100,00
2. Destinações	(190.742)	(122.335)	55,92
Benefícios	(174.370)	(116.035)	50,27
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(9.406)	-	-
Custeio Administrativo	(6.966)	(6.300)	10,57
3. Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	123.254	215.539	-42,82
Provisões Matemáticas	146.308	280.508	-47,84
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(23.054)	(64.969)	-64,52
B) Ativo Líquido - final do Exercício (A+3)	1.403.873	1.280.619	9,62
C) Fundos não previdenciais	4.784	3.963	20,72
Fundos Administrativos	4.241	3.412	24,30
Fundos dos Investimentos	544	551	-1,27






Elena Hahn Raupp	Adimilson Luiz Stodulski	Gilmar Antonio Arnt	Baiard Silva Ozorio
Diretora Superintendente	Diretor Financeiro e Administrativo	Diretor de Seguridade	Contador
CPF: 177.314.700-59	CPF: 560.601.140-91	CPF: 407.143.810-04	CRC/RS 57.807/O-4 CPF: 653.122.870-91

Valores Expressos em R\$ Mil

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – DALPB EM DEZEMBRO DE 2016
CÓDIGO PREVIC: 19.790.038-74
EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação %
1. Ativos	1.449.977	1.306.022	11,02
Disponível	12	19	-36,84
Recebível	104.944	149.701	-29,90
Investimentos	1.345.021	1.156.302	16,32
Fundos de Investimentos	1.229.041	1.050.411	17,01
Investimentos Imobiliários	73.868	67.099	10,09
Empréstimos e Financiamentos	41.949	38.792	8,14
Depósitos Judiciais/Rekursais	163	-	-
2. Obrigações	(41.319)	(21.440)	92,72
Operacional	2.026	1.708	18,62
Contingencial	(39.293)	(19.732)	99,13
3. Fundos não Previdenciais	(4.784)	(3.963)	20,72
Fundos Administrativos	(4.241)	(3.412)	24,30
Fundos dos Investimentos	(544)	(551)	-1,27
4. Ativo Líquido (1-2-3)	1.403.873	1.280.619	9,62
Provisões Matemáticas	1.548.598	1.402.290	10,43
Superávit/Déficit Técnico	(144.725)	(121.671)	18,95
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(144.725)	(121.671)	18,95
b) (+/-) Ajuste de Precificação	102.598	83.848	22,36
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(42.127)	(37.823)	11,38

Elena Hahn Raupp	Adimilson Luiz Stodulski	Gilmar Antonio Arnt	Baiard Silva Ozorio
Diretora Superintendente	Diretor Financeiro e Administrativo	Diretor de Seguridade	Contador
CPF: 177.314.700-59	CPF: 560.601.140-91	CPF: 407.143.810-04	CRC/RS 57.807/O-4 CPF: 653.122.870-91

Valores Expressos em R\$ Mil

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA EM DEZEMBRO DE 2016
CONSOLIDADO
EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.412	5.082	-32,86
1. Custeio da Gestão Administrativa	11.985	10.950	9,45
1.1 Receitas	11.985	10.950	9,45
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	6.966	6.300	10,57
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.655	3.477	5,12
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	531	484	9,71
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	832	689	20,75
Outras Receitas	2	-	-
2. Despesas Administrativas	(10.922)	(12.619)	-13,45
2.1 Administração Previdencial	(6.736)	(8.658)	-22,20
Pessoal e Encargos	(4.286)	(6.300)	-31,97
Treinamentos / Congressos e Seminários	(41)	(43)	-4,65
Viagens e Estadias	(32)	(47)	-31,91
Serviços de Terceiros	(1.027)	(1.057)	-2,84
Despesas Gerais	(618)	(546)	13,19
Depreciações e Amortizações	(102)	(97)	5,15
Tributos	(631)	(569)	10,90
2.2 Administração dos Investimentos	(4.186)	(3.961)	5,68
Pessoal e Encargos	(2.625)	(2.466)	6,45
Treinamentos / Congressos e Seminários	(28)	(30)	-6,67
Viagens e Estadias	(37)	(38)	-2,63
Serviços de Terceiros	(964)	(934)	3,21
Despesas Gerais	(420)	(385)	9,09
Depreciações e Amortizações	(65)	(67)	-2,99
Tributos	(47)	(41)	14,63
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(235)	-	-
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	828	(1.670)	149,58
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	828	(1.670)	149,58
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	4.241	3.412	24,30






Elena Hahn Raupp	Adimilson Luiz Stodulski	Gilmar Antonio Arnt	Baiard Silva Ozorio
Diretora Superintendente	Diretor Financeiro e Administrativo	Diretor de Seguridade	Contador
CPF: 177.314.700-59	CPF: 560.601.140-91	CPF: 407.143.810-04	CRC/RS 57.807/O-4 CPF: 653.122.870-91

Valores Expressos em R\$ Mil

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DPTP EM DEZEMBRO 2016
CÓDIGO PREVIC: 19.790.038-74
EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Varição %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.445.736	1.302.610	10,99
1. Provisões Matemáticas	1.548.598	1.402.290	10,43
1.1. Benefícios Concedidos	1.168.050	1.059.791	10,22
Benefício Definido	1.168.050	1.059.791	10,22
1.2. Benefícios a Conceder	721.390	697.843	3,37
Benefício Definido	721.390	697.843	3,37
1.3 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(340.842)	(355.344)	-4,08
(-) Déficit Equacionado	(314.797)	(321.050)	-1,95
(-) Patrocinadora(s)	(152.409)	(155.490)	-1,98
(-) Participantes	(152.409)	(155.490)	-1,98
(-) Assistedos	(9.979)	(10.070)	-0,90
(+/-) Por ajustes das contribuições extraordinárias	(26.045)	(34.294)	-24,05
(+/-) Patrocinadora(s)	(26.045)	(34.294)	-24,05
2. Equilíbrio Técnico	(144.725)	(121.671)	18,95
2.1. Resultados Realizados	(144.725)	(121.671)	18,95
(-) Déficit Técnico Acumulado	(144.725)	(121.671)	18,95
3. Fundos	544	551	-1,27
3.2. Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial	544	551	-1,27
4. Exigível Operacional	2.026	1.708	18,62
4.1. Gestão Previdencial	1.765	1.429	23,51
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	261	279	-6,45
5. Exigível Contingencial	39.293	19.732	99,13
5.1 Gestão Previdencial	23.033	18.991	21,28
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	16.260	741	2.094,33






Elena Hahn Raupp	Adimilson Luiz Stodulski	Gilmar Antonio Arnt	Baiard Silva Ozorio
Diretora Superintendente	Diretor Financeiro e Administrativo	Diretor de Seguridade	Contador
CPF: 177.314.700-59	CPF: 560.601.140-91	CPF: 407.143.810-04	CRC/RS 57.807/O-4 CPF: 653.122.870-91

FUNDAÇÃO CORSAN – DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

As notas explicativas auxiliam a compreensão e a interpretação da situação patrimonial e das transações da entidade, subsidiam a avaliação do desempenho da gestão e detalham outros fatos considerados relevantes.

As notas explicativas a seguir são apresentadas em forma de texto, gráficos, quadros de detalhamento ou ainda outras demonstrações contábeis, considerando informações de natureza financeira, econômica e atuarial, entre outras.

1. A FUNDAÇÃO CORSAN E SUAS ATIVIDADES

1.1. Estrutura jurídica e objetivos

A Funcorsan fundamenta-se como uma sociedade civil sem fins lucrativos com caracterização jurídica de Entidade Fechada de Previdência Complementar Multipatrocínada, constituída sob a forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan e autorizada a funcionar pelo Ministério da Previdência e Assistência Social em 26 de novembro de 1979, iniciando suas atividades em 1º de junho de 1980.

Estatutariamente, seus objetivos consistem em administrar e executar Planos de benefícios de natureza previdenciária.

Para seu funcionamento deve observar as disposições estabelecidas nas Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, bem como outros normativos expedidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, autarquia de natureza especial com autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Previdência Social (MPS), criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009 – a qual atua como entidade de fiscalização e de supervisão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

1.2. Plano de Benefícios

A Funcorsan administra o Plano de Benefício Definido BD nº 001, registrado no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios da Previc sob o nº 19.790.038-74. O Regulamento do Plano de Benefícios da Funcorsan foi aprovado através da Portaria Previc nº 106, de 07 de fevereiro de 2017.

1.3. Fontes de recursos

Para a consecução dos seus objetivos, a Funcorsan obtém recursos decorrentes de:

- Contribuição de participantes ativos e assistidos;
- Contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Patrocinadora Corsan, mediante o recolhimento de percentuais de suas folhas de remuneração;

- Receitas de aplicações do patrimônio.

1.4. Destinação dos recursos

Os benefícios, com base no Regulamento do Plano, são calculados pelo atuário responsável, que assina as respectivas Notas Técnicas Atuariais, ao qual também competem os cálculos e estudos atuariais, perante a massa de participantes, aos órgãos públicos e à própria Funcorsan. O Plano de Benefícios congrega 9.052 (8.623 em 2015) participantes ativos e assistidos, dos quais 3.397 (3.228 em 2015) com benefícios já concedidos.

1.5. Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O registro contábil dos recursos destinados ao PGA, pelo Plano de Benefício administrado pela Funcorsan foi realizado de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa e Orçamento Anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo da entidade.

As operações administrativas são registradas conforme Resoluções CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, reconhecidas no PGA, que possui patrimônio segregado do Plano de Benefícios Previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos e diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

A parcela equivalente à participação do Plano de Benefício Previdenciário no Fundo Administrativo – PGA – foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, no respectivo Plano de Benefício.

1.6. Custeio Administrativo

São os recursos destinados à cobertura das despesas administrativas da Funcorsan, cujas fontes de custeio podem ser: contribuição dos participantes e assistidos; contribuição dos patrocinadores; reembolso dos patrocinadores; resultado dos investimentos; receitas administrativas; fundo administrativo; dotação inicial e doações.

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo, observados os regulamentos dos Planos de Benefícios e PGA, e deverão estar expressamente previstas no Plano de custeio e no orçamento anual.

O limite anual de destinação de recursos dos Planos de benefícios ao PGA, estabelecido na Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, a ser deliberado pelo Conselho Deliberativo da entidade é um entre os seguintes: Taxa de Administração de até 1% dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios – RGPB ou Taxa de Carregamento de até 9% sobre a soma das contribuições e dos benefícios.

O Conselho Deliberativo da Funcorsan estabeleceu como limite para o exercício de 2016, o 2º limitador - Taxa de Carregamento, fixando em 5,25% sobre a soma das contribuições e dos benefícios.

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Apresentação

A forma de apresentação das Demonstrações Contábeis e as normas para registro das operações da Funcorsan são determinadas pelas seguintes legislações:

- Lei Complementar nº 109, de 21 de maio de 2001 (Art. 23);
- Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002;
- Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013 e disciplinada pela Instrução Normativa - IN nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução MPS/PREVIC nº 5, de 08 de setembro de 2011;
- Instrução MTPS/Previc nº 25, de 17 de dezembro de 2015;
- Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11 e normativos posteriores.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações:

- I. **Balanco Patrimonial (BP)**: Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos Planos de benefícios previdenciários administrados pela Funcorsan, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.
- II. **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS**: Esse demonstrativo é apresentado de acordo com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução MTPS/PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015, que altera a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. A Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) é uma demonstração consolidada e destina-se a evidenciar as mutações dos componentes do Patrimônio Social, no exercício a que se referir e discriminam os recursos, adições e deduções, que contribuíram para o seu aumento e diminuição, e saldos dos grupos de contas do Patrimônio Social. Na apresentação das adições e destinações foi adotado o regime de competência para as receitas e despesas administrativas e previdenciais efetivamente auferidas ou incorridas.
- III. **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMALPB**: Esse demonstrativo apresenta a Mutação do Plano de Benefício da Funcorsan, sem a participação do Plano de Gestão Administrativa – PGA. O ativo líquido apresentado no início e no final do exercício representa o valor do patrimônio de cobertura do Plano apresentado no Balanço. O DMAL por Plano de Benefícios destina-se a evidenciar a composição dos elementos que provocaram as alterações ocorridas no ativo líquido do Plano de Benefícios, bem como possibilita avaliar a evolução desses elementos e do próprio ativo líquido.

- IV. **Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DALPB:** Esse demonstrativo apresenta a destinação do Patrimônio Social no Ativo, demonstrando a composição do ativo líquido após o abatimento das obrigações. O ativo líquido de um Plano de Benefícios é o valor resultante da subtração do ativo total menos o passivo e fundos não previdenciais. Sua apuração tem como objetivo possibilitar a avaliação do grau de cobertura dos compromissos atuariais do Plano, representados pelas provisões (reservas) matemáticas e fundos previdenciais, pelo ativo líquido. As informações complementares correspondem ao ajuste de precificação positivo ou negativo, entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, observada a legislação vigente. O valor apresentado como Equilíbrio Técnico Ajustado, é o valor de referência para análise do grau de solvência e parâmetro para definição da necessidade e valor de possível equacionamento, nos termos da Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015.
- V. **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA:** Conforme Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução MTPS/PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015, que altera a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. O Demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa – DPGA apresenta consolidada, através das contas de resultado, toda a movimentação da gestão administrativa da entidade. Nele verificam-se as origens dos recursos e a composição dos gastos administrativos, demonstrando a sobra ou insuficiência do mesmo, e avaliação das alterações ocorridas no Fundo Administrativo do Programa de Gestão Administrativa.
- VI. **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPTP:** O demonstrativo representa a totalidade dos compromissos dos Planos de benefícios previdências administrados pela Funcorsan, conforme determina a Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013 e a Instrução MTPS/PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015, que altera a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A estrutura da planificação padrão contábil das EFPC's reflete o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos observa as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, de tal maneira que proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade ao item 63 da NBC T 19.27.

A escrituração contábil dos Planos de Benefícios é inteiramente segregada, permitindo a apuração de resultados por Planos de Benefícios. As Demonstrações Contábeis estão

apresentadas em milhares de reais de forma consolidada, por Planos de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Os principais valores ativos e passivos estão demonstrados como segue:

1) Apuração do Resultado: As adições e deduções da Gestão Previdencial, receitas e despesas da Gestão Administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do Fluxo de Investimentos, bem como as variações patrimoniais são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

2) Ativo disponível: representado pelos valores de realização. Destina-se ao registro das disponibilidades existentes em caixa e bancos.

3) Ativo realizável: composto pelas seguintes gestões:

a) Gestão Previdencial: composta pelas contribuições do mês e pelos contratos junto à Patrocinadora Corsan. Representados pelos valores de realização, incluindo, quando for o caso, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, diminuídos de provisão para perdas. E registra ainda os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências da Gestão Previdencial.

b) Gestão Administrativa: a gestão administrativa registra as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas da entidade. Reconhece contabilmente os recursos a receber referentes às contribuições para o custeio administrativo previsto na avaliação atuarial, outros direitos a receber e provisões da gestão administrativa.

A apuração da participação do Plano de benefício no Fundo Administrativo prevista no Regulamento do PGA é feita da seguinte forma:

- i. A rentabilidade obtida pela aplicação dos recursos do Fundo Administrativo será proporcional à participação no Fluxo de Investimentos mensais do Plano de Benefício BD nº 001 da Funcorsan.
- ii. Os recursos arrecadados para o custeio do PGA, oriundos das contribuições dos participantes e patrocinadores, serão creditados ao Fundo Administrativo.
- iii. A totalidade das despesas comuns serão rateadas entre as Gestões Previdenciais e de Investimentos proporcionalmente, conforme o critério de rateio aprovado para o exercício, deduzidas as receitas administrativas. Será debitada/creditada no Fundo Administrativo, conforme o resultado mensal impactando o saldo registrado.
- iv. As despesas administrativas específicas da gestão administrativa serão integralmente deduzidas da participação do Fundo Administrativo.
- v. As despesas administrativas específicas da gestão de investimentos serão suportadas pelo custeio administrativo dos investimentos.

c) Investimentos: composta pelas seguintes modalidades de investimentos:

I. Fundos de Investimentos: Os montantes relativos aos fundos de investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do Balanço, demonstrados pelo seu valor de mercado, diminuído de provisão para perdas conhecidas.

II. Investimentos Imobiliários: avaliados pelo custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e depreciados pelo método linear à taxa de 2% ao ano, exceto para terrenos, e ajustados por reavaliações procedidas. Integram ainda os “Investimentos Imobiliários”, em conformidade com a legislação específica, os créditos decorrentes de vendas a prazo de imóveis da Funcorsan, registrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e diminuídas das provisões para perdas na realização, até o valor de mercado para imóveis em discussão judicial, e pelos valores em inadimplência para os créditos que não se encontram em discussão judicial. A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos imobiliários é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias em atraso, atendendo o disposto no item 11, Anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

III. Operações com participantes: registrados pelo valor principal acrescido dos encargos contratuais incorridos até a data do encerramento das demonstrações contábeis, e líquidos de provisão para fazer frente a possíveis perdas na realização dos créditos que se encontram na justiça e parcelas vencidas em atraso.

IV. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD: A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendo, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto nos critérios estabelecidos na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, bem como avaliações da administração quanto ao risco de perda dos ativos. Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- a) 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- b) 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- c) 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- d) 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

4) Ativo permanente: registra o valor de bens e direitos imobilizados, além de recursos em despesas que contribuirão para formação do resultado de mais de um exercício. Os itens do

ativo permanente estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações ou amortizações. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais apresentadas a seguir:

Valores Expressos em R\$ Mil								
Permanente	Taxa Anual Depreciação	Custo Inicial	Aquisições	Baixas	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Saldo Final 2016	Saldo Final 2015
Instalações	10%	137	26	-	163	(106)	56	38
Móveis e Utensílios	10%	171	13	(1)	183	(143)	40	35
Máquinas e Equipamentos	10%	156	33	(3)	186	(104)	82	61
Computadores e Periféricos	20%	460	85	(132)	413	(315)	98	120
Software	20%	1.067	151	(3)	1.215	(802)	413	363
Total Imobilizado		1.991	308	(139)	2.160	(1.471)	689	617
Total Permanente		1.991	308	(139)	2.160	(1.471)	689	617

5) Passivo exigível operacional: representa as obrigações incorridas e contratadas, assim como as provisões para cobertura de riscos.

- a) Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos:** As férias vencidas e proporcionais e o 13º salário são provisionados no PGA, segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.
- b) Outras exigibilidades:** Composição dos registros contábeis relativos aos saldos das rubricas com a denominação "Outros (as)", que ultrapassaram, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas:

Valores Expressos em R\$ Mil		
Gestão Previdencial - Exigível	2016	2015
Outras Exigibilidades	599	559
Transitória (Taxa Administrativa Previdenciária para o PGA)	599	559

Valores Expressos em R\$ Mil		
Gestão Administrativa - Exigível	2016	2015
Outras Exigibilidades	1.148	2.429
Farmácia	1	1
Plano de Saúde/Assistência Médica e Ocupacional	48	42
INSS a recolher de terceiros	1	0
Ressarcimento Salário Ex-Diretores	1.098	2.385

Em 15 de outubro de 2015 o Plano de Gestão Administrativa da Funcorsan assumiu o instrumento particular de confissão e parcelamento de dívida, no qual a entidade compromete-se a pagar em 24 parcelas, mensais e consecutivas à Patrocinadora Corsan a dívida originada de valores de atualização monetária incidentes sobre ressarcimento de despesas relativas a dirigentes cedidos pela credora (Patrocinadora Corsan) a devedora (Funcorsan) no período de maio de 2001 a fevereiro de 2010. Tal contrato foi firmado em atendimento a determinação

contida no item 3.3 do Relatório de Fiscalização nº 019/14/ERRS/PREVIC, recebido em 11 de dezembro de 2014 pela Funcorsan, com fulcro no parágrafo único do artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

6) Exigível Contingencial: Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas relativas a questões de origem Previdencial, Administrativa e de Investimentos mantidas contra a Funcorsan, podendo vir a gerar ou não desembolso pela entidade. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009. É atualizado com base nas informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados responsáveis dos processos.

7) Patrimônio de Cobertura do Plano: constituído com base em Nota Técnica Atuarial, incluindo benefícios concedidos e a conceder e o Equilíbrio Técnico, com base no Plano de Benefícios da entidade.

8) Fundos: registram os resultados acumulados obtidos pela entidade nos Fundos Administrativos e de Investimentos.

9) Recursos do Plano de Gestão Administrativa – PGA: Os recursos da gestão administrativa, relativos à sobrecarga administrativa, são contabilizados na Gestão Previdencial e transferidos desta para a Gestão Administrativa para cobertura das despesas administrativas.

4. REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Pode ser demonstrado da seguinte forma:

ATIVO	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2016	2015
Realizável - Gestão Previdencial	100.703	146.289
Contribuições do mês	7.279	6.947
Contribuições em atraso	40	34.137
Contribuições sobre o 13º salário	28	-
Contribuições contratadas com Patrocinadora	73.981	86.272
Outros realizáveis	10	2
Depósitos Judiciais	19.365	18.931

4.1. Contribuições em atraso

Registramos, em decorrência do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado com a Previc em 10 de junho de 2014, o valor de R\$ 37.867 mil referente à cobrança das Patrocinadora Corsan, o equacionamento de déficit originado em 31 de dezembro de 2008, conforme disposto na Ata nº 519/2014 do Conselho Deliberativo, Encaminhamento Padrão Previc nº 100/2014 e Parecer da Mirador Atuarial nº 315/2015. Ainda, efetuamos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em setembro de 2016, conforme registrado na Ata nº 680/2016 da Diretoria Executiva, a qual encaminha para cobrança da dívida via judicial. O montante

encontra-se atualizado e provisionado, conforme Parecer Atuarial GAMA nº 171/2016 e Ata nº 684/2016 da Diretoria Executiva.

4.2. Contribuições contratadas com a Patrocinadora

A composição dos saldos dos contratos é a que segue:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil					
	a - Ampliação Plano de Benefícios		b - Reservas a Amortizar		c - Cobertura Suplementar	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Saldo no Inicial	7.286	9.219	78.985	83.292	42.189	41.841
Parcela do Período ¹	(3.643)	(3.321)	(18.963)	(17.181)	(6.753)	(9.097)
Atualização ²	830	1.388	9.486	12.874	(6.357)	8.532
Valores a receber ³	-	-	-	-	962	913
Saldo no Final	4.473	7.286	69.508	78.985	30.041	42.189

¹ Somas das parcelas recebidas no ano;

² Soma das correções monetárias no período;

³ Valores a receber no período seguinte.

As contribuições contratadas com a Patrocinadora Corsan, que estão sendo regularmente adimplidas, são a seguir compostas:

a) Instrumento Particular de Cobertura da Ampliação do Plano de Benefícios: contempla as contribuições a receber junto à Patrocinadora Corsan para ampliação do Plano de Benefícios, conforme Instrumento Particular firmado em 30 de novembro de 1998. A quitação está sendo efetuada em 232 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1998.

b) Instrumento Particular de Contratação da Reserva a Amortizar: firmado em 28 de dezembro de 2001, contempla o valor equivalente à Reserva a Amortizar de responsabilidade da Patrocinadora Corsan referente ao tempo de serviço passado daqueles empregados que aderiram inicialmente ao Plano de Benefícios da Funcorsan, sendo o valor contratado aquele registrado pela entidade em 31 de dezembro de 2001. A quitação está sendo efetuada em 228 prestações mensais, desde 5 de janeiro de 2002.

c) Financiamento da Cobertura Suplementar do Plano de Benefício Definido nº 001 da Funcorsan: corresponde à necessidade de cobertura da parcela da Reserva de Benefícios Concedidos relativa à Cobertura Suplementar, a ser pago com base no correspondente Regulamento do Plano de Benefícios Definido da Funcorsan. A quitação será efetuada pelo prazo avaliado de 156 meses (13 anos). Esse contrato foi transferido para a Conta "Provisões Matemáticas a Constituir" atendendo a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

4.3 Garantias Contratuais: Os juros são calculados pela Tabela Price e o saldo devedor é atualizado pela variação média de diversos índices de preços (Índice Geral de Preços e Mercado – IGP-M, Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP – DI, Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e Índice de Preços ao Consumidor – IPC da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE), exceto quanto ao instrumento particular de cobertura da ampliação do Plano de Benefícios, atualizado pela variação do INPC. Em garantia, para o

cumprimento de todas as obrigações contratuais da Patrocinadora, foram oferecidos por essa os créditos decorrentes da cobrança das contas de água e esgoto e demais taxas de sua competência, em caução, com a interveniência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Banrisul. Adicionalmente, no caso da Novação de Dívida, do Contrato da Reserva a Amortizar firmados em 2001, e a Contratação do Financiamento do acréscimo do Valor da Reserva de Benefícios Concedidos decorrente da Cobertura Suplementar do Plano de Benefício Definido – BD nº 001, o recebimento das prestações está sendo efetuado mediante autorização da Patrocinadora Corsan, pelo próprio Banrisul. A eventual ausência de fundos na conta corrente da Patrocinadora Corsan implicará no vencimento antecipado das demais parcelas, podendo a Funcorsan executar a totalidade da dívida, na medida em que o referido instrumento tem força de título executivo extrajudicial.

5. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Pode ser demonstrado da seguinte forma:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2016	2015
Realizável - Gestão Administrativa	927	849
Contas a Receber	599	559
Despesas Antecipadas	80	59
Depósitos Judiciais / Recursais	248	231

Registram as receitas a receber decorrentes de serviços e outras operações de natureza administrativa, os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências do Plano de Gestão Administrativa da Funcorsan e demais direitos.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos Planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas (previdencial, investimentos e diretas), pelo resultado positivo ou negativo dos investimentos do PGA, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

5.1. Custeio administrativo

O percentual para o custeio administrativo é determinado pelo Conselho Deliberativo, com o efetivo acompanhamento realizado pelo atuário responsável pelo Plano através do Demonstrativo Atuarial, para cobertura das despesas administrativas da entidade.

De acordo com a Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, as fontes de custeio estão determinadas no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA. As despesas comuns

são rateadas mediante critério definido pela atividade de cada gestão, no evento de aprovação do Orçamento Anual.

No exercício de 2016 o montante de recursos destinados ao Plano de Gestão Administrativa foi de R\$ 11.153 mil (R\$ 10.261 mil em 2015). Este resultado apresentou uma Taxa de Carregamento de 4,23% (4,46% em 2015), realizando as despesas abaixo do limite legal, que é de 9%.

5.2. Resultado dos investimentos do PGA

No exercício de 2016, a Funcorsan elaborou a Política de Investimento do PGA onde alocou os recursos do Fundo Administrativo, em 100% nos Fundos de Renda Fixa em conjunto ao Plano BD nº 001, sendo vedada a aplicação nos segmentos de imóveis e empréstimos – na composição da carteira do PGA. As aplicações do PGA permaneceram em conjunto com as do Plano de Benefícios, sendo o controle de fechamento virtual, onde a distribuição da rentabilidade mensal para os Planos é realizada proporcionalmente ao Patrimônio do mês anterior.

No exercício de 2016 o resultado dos investimentos alcançou a receita de R\$ 832 mil (R\$ 689 mil em 2015) para o Programa de Gestão Administrativa.

6. REALIZÁVEL – APLICAÇÕES DE INVESTIMENTOS

Os limites de investimentos da entidade são estabelecidos pela Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, que consolida o Regulamento que disciplina a aplicação dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

O fluxo dos investimentos é calculado considerando as variações positivas e negativas sofridas pelos segmentos de Renda Fixa, Multimercado, Investimento Estruturado, Imobiliário e Empréstimos ao longo do ano.

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2016	2015
Fluxo dos Investimentos	191.335	139.188
Variações Positivas	205.581	162.103
Variações Negativas	(14.246)	(22.915)

A distribuição dos investimentos é a seguinte:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2016	2015
Companhias Fechadas	-	-
Debêntures Não Conversíveis	2.862	2.862
(-) Provisão para perdas	(2.862)	(2.862)
Fundos de Investimentos	1.234.343	1.055.930
Renda Fixa	959.425	790.103
Ações	45.508	61.987
Multimercado	224.749	201.770
Empresas Emergentes	4.661	2.070
Derivativos	-	-
Bolsa de Mercadoria & Futuros	2.277	2.277
(-) Provisão para perdas	(2.277)	(2.277)

6.1. Companhias Fechadas

Trata-se da aquisição de 800 debêntures emitidas em 1991, pela SDV—Administradora de Shopping Center S/A, com garantia da DHB – Indústria e Comércio S/A, e com o descumprimento dos resgates, em 2002 foi realizado o provisionamento para perdas em 100% do Ativo, o que motivou o ingresso de ação judicial de cobrança.

O processo envolvendo as empresas SDV e DHB encontrava-se tramitando junto ao Supremo Tribunal de Justiça - STJ, com o trânsito em julgado da decisão, foi determinada a baixa à origem (TJRS) em 22/12/2014. O prognóstico da ação é favorável a Funcorsan, muito embora neste momento não se possa dar certeza quanto ao êxito da recuperação dos valores envolvidos, o que vai depender da liquidez das devedoras no futuro, e ou na execução dos bens penhorados.

6.2. Fundos de Investimentos

Atualmente, os investimentos da Fundação Corsan nos segmentos de Renda Fixa, Multimercado e Renda Variável são realizados via Fundos de Investimentos.

6.2.1 Renda Fixa: O Fundo de Investimento em Renda Fixa, Votorantim Quaraí, é um fundo exclusivo que representa aproximadamente 72% do Fundo Garantidor da entidade. O fundo é composto em sua totalidade por Notas do Tesouro Nacional de séries B e C, grande parte precificada como ativos de característica “mantidos até o vencimento” (Curva), de acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, pressupondo a manutenção em carteira até o vencimento final dos títulos. A manutenção destes títulos até o vencimento está consubstanciada na capacidade financeira da Funcorsan de cumprir seus compromissos financeiros sem dispor dos referidos valores até a data de vencimento dos papéis.

6.2.2 Multimercado: Os Fundos de Investimento Multimercado, Fundo Safra Piratini e Fundo Taquari, são fundos exclusivos que possuem em sua carteira tanto ativos de renda fixa, quanto ativos de renda variável, podendo adotar a melhor

estratégia de acordo com o cenário econômico. Os investimentos neste segmento representam cerca de 17% do Fundo Garantidor.

- 6.2.3 Renda Variável:** Os Fundos de Investimento em Renda Variável, Fundos BBM Valuation, JGP Explorer, JGP Institucional e Brasil Plural, são fundos não-exclusivos, compostos por ativos expostos à variação de preços de ações de emissão de Companhias Abertas, que visam a diversificação da estratégia de investimento da Funcorsan. Representam cerca de 3,41% do Fundo Garantidor da entidade.

6.3. Derivativos

Refere-se ao processo de execução da Nota Promissória no valor de R\$ 2.276 mil contra *Confidelitty Asset Management* Ltda, os quais foram opostos embargos à execução por parte da Massa Falida, ocasionando, naquela oportunidade, o provisionamento em 100%. O processo já se encontra em fase final. Os embargos à execução opostos pela parte contrária foram sentenciados improcedentes. No entanto, em sede de recurso de apelação, a devedora reverteu a decisão de 1ª instância, tendo, os embargos à execução, sido julgados procedentes para extinguir a execução. Aguarda julgamento de recursos especiais interpostos por ambas as partes, tendo a Fundação recorrido a restaurar a eficácia da Nota Promissória e, a parte adversa, postulado majoração de honorários advocatícios. Valor da causa foi atualizado pelo IGP-M desde a data do ajuizamento.

6.4. Ativos Por Vencimento

Na posição de dezembro/2016, a carteira da Fundação Corsan é composta por um Fundo de Renda Fixa, dois Fundos Multimercados, cotas de quatro Fundos de Renda Variável e cotas de um Fundo de Investimento em Empresas Emergentes. A seguir, consta o detalhamento dos ativos que compõem a Carteira da Funcorsan.

Valores Expressos em R\$ Mil

Modalidade	Mercado 2016	Mercado 2015
1) Renda Fixa	<u>1.167.832</u>	<u>993.753</u>
a) Aplicações em instituições financeiras:	<u>1.167.832</u>	<u>993.753</u>
Fundos de Investimento - Abertos ou Exclusivos	<u>1.167.832</u>	<u>993.753</u>
Sem prazo	78.690	76.507
Operações Compromissadas – Adelic	78.690	76.507
Fundo de Investimentos – Aberto	-	-
Até 30 dias	<u>(428)</u>	<u>74.105</u>
CDB – Certificado de Depósito Bancário	-	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	54.971
Opções	7	-
Letras Financeiras	-	-
Debêntures	-	-
Contas a Pagar / Receber / Tesouraria	(435)	19.134
De 31 a 90 dias	<u>11</u>	<u>-</u>
Opções	11	-
Debêntures	-	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-
Letras Financeiras	-	-
Acima de 90 dias	<u>1.089.559</u>	<u>843.141</u>
Letras Financeiras	-	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	96.520	46.307
Letras Tesouro Nacional – LTN	-	-
Opções	(28)	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	6.958	6.429
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	983.684	779.087
Debêntures	2.425	4.538
Letras Financeiras	-	6.780
DPGE	-	-
CDB – Certificado de Depósito Bancário	-	-
2) Renda Variável	<u>61.850</u>	<u>60.107</u>
a) Mercado à Vista	<u>61.850</u>	<u>60.107</u>
Fundos de Investimento Abertos/Exclusivos	45.508	42.416
Fundos de Investimento Exclusivos	16.342	17.691
3) Investimentos Estruturados	<u>4.661</u>	<u>2.070</u>
a) Fundos de Investimento	<u>4.661</u>	<u>2.070</u>
Fundos de Inv. em Empresas Emergentes	4.661	2.070
Total dos Fundos de Investimentos	<u>1.234.343</u>	<u>1.055.930</u>

Na posição em Renda Variável, a maior parte dos investimentos está alocada nos seguintes setores: Bancos, Exploração e/ou Refino, Serviços Financeiros, Energia elétrica e Minerais metálicos.

Modalidade	Mercado 2016	Mercado 2015
Renda Variável - Total	61.850	60.084
Ação		
ALLIAR ON NM	162	-
AMBEV S/A ON	756	3.663
BRASILAGRO ON NM	-	824
ANIMA ON NM	79	34
BRASIL ON NM	1.248	-
BRADESCO DIR ON	-	8
BRADESCO ON	286	-
BRADESCO PN N1	6.254	1.974
BBSEGURIDADE ON NM	1.113	1.153
MINERVA ON NM	-	125
ISHARES BOVA CI	-	358
BRADESPAR PN N1	481	-
BRF SA ON NM	1.214	650
BRASKEM PNA N1	120	173
BR MALLS PAR ON NM	1.047	100
BR PROPERT ON NM	-	46
BANRISUL PNB N1	21	185
B2W DIGITAL ON NM	72	-
BMFBOVESPA ON NM	2.828	-
CCR S/A ON	24	95
CESP PNB	271	-
COMGAS PNA	377	-
CIELO ON NM	1.346	3.781
CPFL ENERGIA ON NM	278	-
COSAN ON NM	639	1.036
COPASA ON NM	82	-
SID NACIONAL ON	63	-
CETIP S.A. -	1.493	1.050
CVC BRASIL ON NM	310	-
ADELIC/CAIXA/NTNO	4.620	4.042
CYRELA REALT ON NM	72	-
DUFY AG	-	336
DURATEX ON NM	624	103
ECORODOVIAS ON NM	-	71
ELETROBRAS ON N1	523	93
ELETROBRAS PNB N1	58	187
EMBRAER ON NM	535	1.102
ENERGIAS BR ON NM	-	246
EQUATORIAL ON NM	2.655	1.045
ESTACIO PART ON NM	90	-
EVEN ON NM	108	-
FERBASA PN N1	-	429
FIBRIA ON NM	502	825
FLEURY ON NM	47	-
GERDAU PN	1.234	-
GERDAU MET PN N1	432	430
HYPERMARCAS ON NM	276	333
IGUATEMI ON NM	326	-
ITAUSA PN N1	1.863	735
ITAUNIBANCO ON N1	221	12
ITAUNIBANCO PN N1	4.881	4.357

Continuação...

Valores Expressos em R\$ Mil

Modalidade	Mercado 2016	Mercado 2015
Renda Variável - Subtotal	22.222	30.481
Ação		
JBS ON NM	291	751
KLABIN S/A UNT N2	821	4.252
KROTON ON NM	1.253	854
LOJAS AMERICPN	118	2.989
LIGHT S/A ON NM	529	-
LINX ON NM	93	-
LOG-IN	-	129
LOJAS RENNER ON NM	627	1.346
M.DIASBRANCO ON NM	105	-
MILLS ON NM	-	55
JEREISSATI PN	-	1.292
MARFRIG ON NM	-	2.120
MRV ON	140	-
MULTIPLAN ON N2	142	304
IOCHP-MAXION	-	24
IOCHP-MAXION	-	972
ODONTOPREV ON NM	-	77
OUROFINO S/A ON NM	-	25
FPC PAR CORRETORA SEG SA	-	44
P.ACUCAR-CBD	420	66
PETROBRAS ON	1.412	-
PETROBRAS PN	4.619	77
PARANAPANEMA ON NM	-	532
QGEP PART ON NM	60	494
QUALICORP ON NM	219	35
RAIA DROGASIL SA	1.893	1.042
RANDON PART PN N1	47	-
LOCALIZA ON NM	210	-
RUMO ON	142	-
SANTANDER BR UNT N2	165	-
SANEPAR PN	1.084	-
SABESP ON NM	1.142	-
SER EDUCA ON NM	-	10
SMILE ON	106	88
SAO MARTINHO ON NM	231	-
SANTOS BRP ON NM	105	-
SUZANO PAPEL PNA N1	-	4.240
TAESA UNT N2	241	-
TRACTEBEL ON NM	-	60
TECHNOS ON NM	26	42
TIM PART S/A ON NM	-	8
TRAN PAULIST PN N1	411	564
TUPY ON NM	-	1.666
ULTRAPAR ON NM	722	3.268
USIMINAS PNA N1	159	-
VALE ON N1	394	-
VALE PNA N1	2.658	238
TELEF BRASIL PN	1.637	2.262
VALID ON NM	-	80
VIAVAREJO UNT N2	-	72
WEG ON NM	-	400

7. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os investimentos em imóveis estão abaixo apresentados:

	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2016	2015
Investimentos Imobiliários	73.868	67.099
Terrenos	3.013	1.570
Imóveis em Construção	-	-
Aluguéis e Renda uso próprio	3.120	3.170
Aluguéis e Renda locados a patrocinador	1.668	1.796
Aluguéis e Renda locadas a terceiros	65.984	60.259
Rendas de Participações	-	-
Direitos em Alienações de Investimentos	14.172	12.654
(-) Provisão para perdas imóveis alienados	(14.089)	(12.350)

7.1. Terrenos

O valor reconhecido refere-se à retomada judicial de três terrenos situados a Rua Francisco Petuco, ocorrido em dezembro de 2008, finalizando o contrato alienado em julho de 1998. Obtivemos a posse dos imóveis à Fundação, mediante homologação judicial em 07 de novembro de 2012.

7.2. Reavaliação de imóveis

Os imóveis devem ser reavaliados pelo menos a cada três anos de acordo com o item 19, letras “h” e “k” do Anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e item 21 da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011. O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, deverá ser contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de “Rendas – Variações Positivas” ou “Deduções – Variações Negativas”, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

Reavaliações reconhecidas no exercício de 2016:

Valores Expressos em R\$							
TERRENOS							
Descrição	Status ocupação	Custo Mar/16	Reavaliação abril/2016	Variação	Valor contábil Dez/2016	Empresa Reavaliação	Vida útil reavaliada em meses
Francisco Petuco 252, 260, 270 (Terreno)	Desocupado	1.474.300,00	3.013.000,00	1.538.700,00	3.013.000,00	Lautec	Não deprecia
** Reavaliação dos Terrenos da Francisco Petuco 252, 260 e 270 em 01/04/2016							

Valores Expressos em R\$							
LOCADOS A TERCEIROS							
Descrição	Status ocupação	Custo dez/2015	Reavaliação jan/2016	Variação	Valor contábil Dez/2016	Empresa Reavaliação	Vida útil reavaliada em meses
**Independência 813 FLATS	Locado	6.475.035,50	9.584.369,66	3.109.334,16	9.454.235,98	Engebê	587
**Santo Antonio, 522 17 Boxes	Locado	486.251,00	891.544,94	405.293,94	881.042,00	Engebê	587
**Santo Antonio, 522 Box 95 C	Locado	47.668,00	75.605,17	27.937,17	74.562,00	Engebê	587
Total		7.008.954,50	10.551.519,77	3.542.565,27	10.409.839,98		
** Reavaliação empreendimento Piazza Navona em 04/01/2016.							

Valores Expressos em R\$

LOCADOS A TERCEIROS						
Status ocupação	Custo fev/2016	Reavaliação mar/2016	Varição	Valor contábil Dez/2016	Empresa Reavaliação	Vida útil reavaliada em meses
Locado	1.756.747,50	2.820.000,00	1.063.252,50	2.780.050,02	Conenge	589
Locado	1.732.943,33	2.900.000,00	1.167.056,67	2.858.916,70	Conenge	589
Locado	2.473.194,64	2.760.000,00	286.805,36	2.720.899,99	Conenge	589
04/02/2016	301.728,33	350.000,00	48.271,67	345.041,66	Conenge	589
Total	6.264.613,80	8.830.000,00	2.565.386,20	8.704.908,37		

** Reavaliação dos conjuntos 601, 1001 e 1201 da Dona Laura 320 e o conjunto 504 da Cristóvão Colombo 1636 em 07/03/2016

Valores Expressos em R\$

LOCADOS A PATROCINADORA							
Descrição	Status ocupação	Custo agosto/2016	Reavaliação set/2016	Varição	Valor contábil Dez/2016	Empresa Reavaliação	Vida útil reavaliada em meses
Liberdade 347	Locado	1.231.446,04	1.117.339,99	(114.106,05)	1.115.360,00	Conenge	595

** Reavaliação do imóvel da Liberdade 347 em 19/09/2016.

7.3. Aluguéis e Renda de Uso próprio

Correspondem aos investimentos em imóveis destinados para uso próprio. Os saldos representam os valores de mercado dos imóveis, atualizados através de reavaliações periódicas, e/ou na ocorrência de propostas de compra. Esses imóveis são rentabilizados através de aluguel pelo Plano de Gestão Administrativa - PGA, conforme orientações da legislação aplicável em vigor. No exercício de 2016, o aluguel foi corrigido conforme critério alinhado ao mercado imobiliário com previsões anuais de correção monetária, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Valores Expressos em R\$

Receita média - Locados p/Uso próprio				
Situação	2016		2015	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Locado	7	253.200,36	7	201.963,12
Desocupado	0	-	0	-
Total	7	253.200,36	7	201.963,12

7.4. Aluguéis e Renda para Locados a Patrocinadora

Correspondem aos investimentos em imóveis destinados à locação para a Patrocinadora. Os saldos representam os valores de mercado dos imóveis, conforme reavaliações realizadas periodicamente e/ou na ocorrência de propostas de compra, consoante às normas aplicáveis. No exercício de 2016 os valores dos aluguéis permaneceram os mesmos praticados do exercício anterior. A variação observada na tabela corresponde a correções monetárias de aluguéis recebidos em atrasos.

Valores Expressos em R\$

Receita Média - Locados p/Patrocinadora				
Situação	2016		2015	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Locado	2	129.357,84	2	129.479,76
Desocupado	0	-	0	-
Total	2	129.357,84	2	129.479,76

7.5. Aluguéis e Renda para Locados a Terceiros

Correspondem aos investimentos em imóveis destinados à locação para terceiros. Os saldos representam os valores de mercado dos imóveis, conforme reavaliações realizadas periodicamente e/ou na ocorrência de propostas de compra, consoante normas aplicáveis ou, no caso dos imóveis retomados, quando da efetivação do distrato com os compradores. No exercício de 2016, realizamos negociações com os locatários, resultando na manutenção das locações e o saldo positivo, apesar da desocupação de um imóvel no exercício de 2016.

Valores Expressos em R\$

Receita Média - Locados para Terceiros				
Situação	2016		2015	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Locado	15	4.490.208,00	16	4.370.879,76
Desocupado	9	-	8	-
Total	24	4.490.208,00	24	4.370.879,76

7.6. Direitos em Alienações de Investimentos

Correspondem às parcelas a receber relativas à venda de imóveis. Os contratos possuem prazos e condições variadas. Incidem sobre esses créditos a atualização monetária, conforme os índices de preços e juros remuneratórios, calculados com base em taxas reais anuais. Parte dos imóveis alienados encontra-se em discussão judicial, os quais ocasionam provisões. A composição da carteira de alienados em 31 de dezembro dos exercícios de 2016 e 2015 é a seguinte:

Valores Expressos em R\$

Descrição	2016	2015
Direitos em Alienações de Investimentos	83	304
Contratos em processo judicial	14.089	12.350
Depósitos Judiciais	-	221
(-) Provisão para perdas imóveis alienados	(14.089)	(12.350)
Valores a receber	83	83

A variação evidenciada nas provisões de 2016 corresponde à atualização dos controles da carteira de imóveis quanto aos provisionamentos de juros e correção monetária dos contratos em inadimplência e reclassificação da conta de Depósitos Judiciais, conforme legislação (1238 – Depósitos Judiciais/Recursais).

7.6.1. Valores a receber

A conta “Valores a Receber”, é composta pelas pedras do Mineral Berilo, variedade Esmeralda. Conforme consulta ao órgão regulador Previc, o qual orientou a Funcorsan através do Ofício nº 5.461/2011/CGMC/DIACE/PREVIC ao processo de registro do Mineral Berilo, variedade Esmeralda – Ativo, recebido em 28 de junho de 2007, através do termo de entrega do processo nº 001/1.05.0083382-0 pela execução de sentença. A Funcorsan realizou a avaliação através da empresa Sul Pedras, que apresentou o laudo em 17 de janeiro de 2012 no valor de R\$ 82.787,50 (Oitenta e dois mil e setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). A Funcorsan busca compradores para o referido ativo, para seu enquadramento, conforme elenco de aplicações dos recursos do Plano de Benefícios permitidos pela Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e alterações.

8. EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

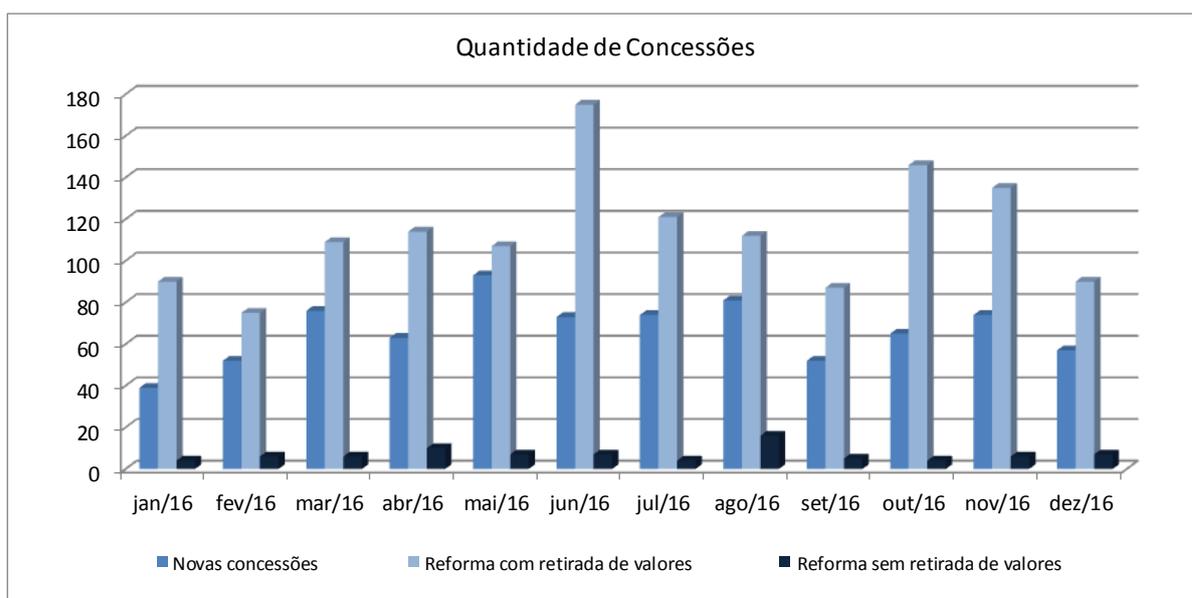
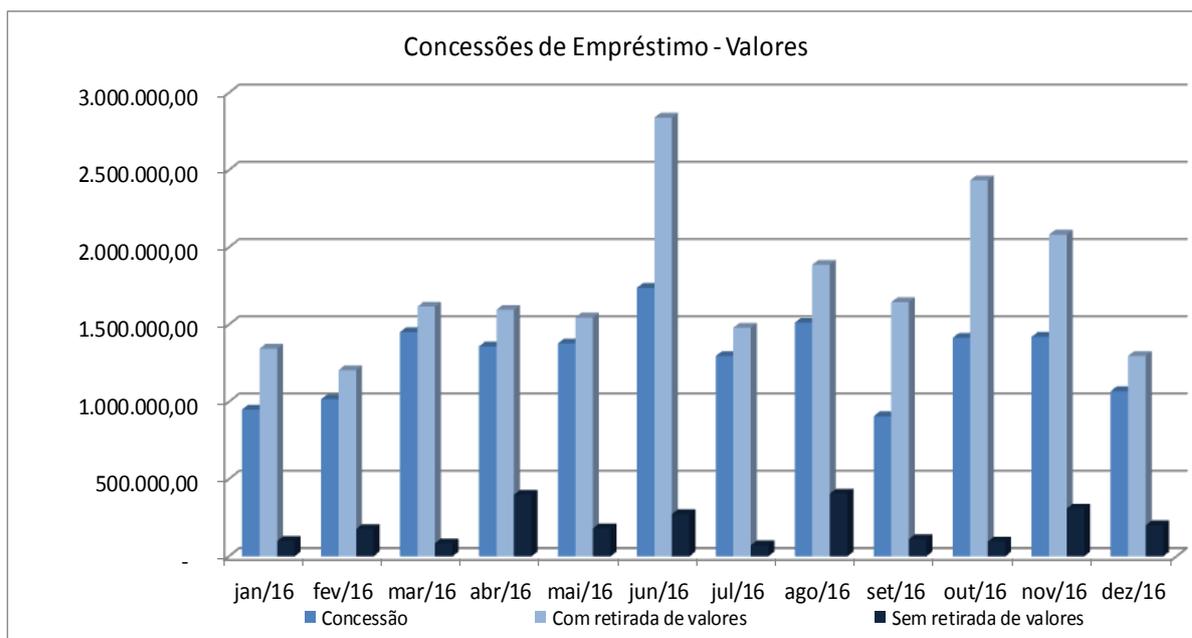
Os empréstimos a participantes são registrados de acordo com os contratos. Os juros e correções são reconhecidos pela competência. Os valores provisionados referem-se aos contratos que estão em cobrança judicial e prestações em atraso.

Empréstimos a Participantes	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2016	2015
Empréstimos a participantes	44.690	41.404
Inadimplência	499	449
(-) Provisão Devedores Judiciais *	(1.528)	(1.396)
(-) Provisão perdas de Empréstimos a participantes **	(1.712)	(1.665)

*Corresponde aos contratos sob cobrança judicial.

**Corresponde à observância aos critérios estabelecidos na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 pertinentes ao provisionamento das parcelas vencidas e vincendas.

A variação evidenciada nas provisões de 2016 corresponde à atualização dos controles da carteira de Empréstimo. Durante todo o ano de 2016, a modalidade “Reforma com retirada de valores” foi a mais concedida nas operações de empréstimo realizadas, seguido por “Novas concessões” e “Reforma sem retirada de valores”. Assim acompanhamos:



9. INVESTIMENTOS – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Registra os depósitos Judiciais/Recursais relativos às contingências dos investimentos. No exercício de 2016 efetuamos a reclassificação dos valores de depósitos judiciais para adequação a norma vigente.

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2016	2015
Depósitos Judiciais/Recursais	163	-
Depósitos Judiciais/Recursais – Imóveis	130	-
Depósitos Judiciais/Recursais – Empréstimos	33	-

10. CONTINGÊNCIAS

10.1. Passivo Contingencial

Conforme a regra da Instrução Normativa 34 – Item 30, e conforme norma contábil NBC TG 25 (R1) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os Passivos Contingentes são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Assim, a Funcorsan contingencia conforme as probabilidades de perda identificadas:

Provável	Possível	Remota
Há obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota.
A provisão é reconhecida contabilmente.	Nenhuma provisão é reconhecida contabilmente.	Nenhuma provisão é reconhecida contabilmente.
Divulgação é exigida para a provisão.	Divulgação é exigida para o passivo contingente.	Nenhuma divulgação é exigida.
Divulgação é exigida para a provisão.	Divulgação é exigida para o passivo contingente.	Nenhuma divulgação é exigida.

As provisões com a classificação de risco de perda “provável” contingenciaram 297 processos (340 em 2015), reconhecendo os seguintes montantes:

Exigível Contingencial					Valores Expressos em R\$ Mil	
Nº de processos	Área de Atuação	Objeto da Ação	2016	2015		
25	Direito Cível	Benefícios	5.543	4.725		
261	Direito do Trabalho	Benefícios	17.490	14.381		
286		Total Gestão Previdencial	23.033	19.105		
1	Direito Cível	Investimentos	16.004	-		
2	Direito Cível	Investimentos/ Imóveis Alienados	205	713		
3	Direito Cível	Investimentos/ Revisional	51	27		
6		Total Investimentos	16.260	740		
5	Direito do Trabalho	Reclamatória Trabalhista	527	282		
5		Total Gestão Administrativa	527	282		

10.2. Atualização Monetária dos Depósitos e Contingências Judiciais

No exercício de 2016 iniciamos o reconhecimento contábil da correção monetária dos valores com compromisso judicial, implementado pela aquisição e implantação de um sistema jurídico de gestão processual (*LegalCore – Thomson Reuters*), vindo a cobrir demanda legal de quesitos

de princípios de prudência na apropriação da devida correção monetária dos processos judiciais. Os índices utilizados foram:

- FACDT - o Fator de Atualização e Conversão dos Débitos Trabalhistas - FADT aplica-se aos débitos trabalhistas.
- IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado para processos de natureza cível.

No exercício de 2016 reconhecemos R\$ 9,747 milhões em correção monetária dos contingenciados, sendo R\$ 7,633 milhões em processos de Investimentos, R\$ 2,099 milhões em processos Previdenciais e R\$ 14 mil em processos Administrativos. Consideramos que os processos foram corrigidos desde a inicial de cada processo.

10.3. Processos Judiciais – Perdas Possíveis

De natureza cível, trabalhistas e relacionadas ao Plano de Benefícios. Existem diversos processos trabalhistas e relacionados ao Plano nos quais a Funcorsan é parte no polo passivo, para os quais os assessores jurídicos classificam como provável. Estão contabilizados os valores em litígio com a possibilidade de desembolso, e considera os desembolsos incorridos de depósitos judiciais dos processos com classificação de provável perda. Existem ainda processos na esfera cível, vinculados a transações imobiliárias, para os quais a administração da entidade não mantém expectativa de perdas adicionais àquelas já reconhecidas através das provisões constituídas, conforme legislação vigente. Existem no sistema de controle da área jurídica 258 processos judiciais totalizando o montante de R\$ 132,457 milhões (R\$ 42,62 milhões em 2015) com a classificação de risco de perda “possível”, que apresentamos classificados por objeto:

Demonstrativo de Processos Judiciais - Perdas Possíveis			
Natureza	Objeto principal	Quantidade 2016	Quantidade 2015
Direito Civil/Trabalho	Benefícios	179	161
Direito Cível	Administrativo	1	1
Direito Cível	Execução Fiscal	1	1
Direito Cível	Investimentos / Imóveis Alienados	21	4
Direito Cível	Investimentos	7	4
Direito do Trabalho	Reclamações Trabalhistas	1	2
Direito Cível	Investimentos/ Revisional	20	19
Direito Cível	Investimentos / Cobrança	28	-
TOTAL		258	192

10.4. Ativo Contingencial

A Funcorsan é parte de ação ordinária ajuizada pela ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) em face do FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento, do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) e da União Federal, que objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC (Índice de Preços ao Consumidor), ao invés do BTN (Bônus do Tesouro Nacional), correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

Em que pese o “trânsito em julgado” do mérito em 28 de setembro de 2008, não foi reconhecido em resultado por não existirem evidências quanto à data e valor de liquidação (processo ainda em fase de execução), à luz da Resolução CFC nº 1.180/2009, em que a entidade deve apenas mencionar a existência de um ativo contingente quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

11. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

11.1. Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são constituídas sobre bases atuariais de outubro de 2016, calculadas com referência a dezembro de 2016. As informações foram apuradas pela empresa Mercer Gama - Consultores Associados, responsável pelo Plano atuarial praticado pela entidade e documentadas no DA - Demonstrativo Atuarial. As Provisões Matemáticas são compostas da seguinte forma:

a) Benefícios concedidos

- **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização:** O valor atual dos benefícios a serem pagos pela entidade aos participantes e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada, conforme o Plano de Benefício Definido.
- **Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados:** Refere-se a Benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade.
- **Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados:** Refere-se a benefícios cuja concessão é em função de riscos aleatórios como Morte e Invalidez.

b) Benefícios a conceder

- **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado:** Refere-se ao valor atual dos futuros Benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade.
- **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado:** Refere-se ao valor atual dos futuros Benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade; cuja concessão é em função de riscos aleatórios como Morte e Invalidez.

c) (-) Provisões Matemáticas a Constituir

Conforme Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, no exercício de 2010 os contratos com as patrocinadoras que possuíam cláusulas contratuais de reajuste atuarial, foram transferidos para o passivo. A Funcorsan realizou a transferência do contrato de Financiamento da Cobertura Suplementar do Plano de Benefícios Definido nº 001.

Assim, o passivo atuarial, constituído através das Provisões Matemáticas, é composto da seguinte forma:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2016	2015
Provisões Matemáticas	1.548.598	1.402.290
Benefícios concedidos	1.168.050	1.059.791
Benefícios definido estruturado em regime de capitalização	1.168.050	1.059.791
• Valor atual dos benefícios futuros programados	885.176	805.643
• Valor atual dos benefícios futuros não programados	282.875	254.148
Benefícios a conceder	721.390	697.843
Benefícios definido estruturado em regime de capitalização programado	677.313	672.730
• Valor atual dos benefícios futuros programados	939.332	935.879
• (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(127.079)	(131.574)
• (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(134.941)	(131.574)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	44.077	25.112
• Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	71.496	40.624
• (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(13.709)	(7.756)
• (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(13.709)	(7.756)
(-) Provisões matemáticas a constituir	(340.842)	(355.344)
Déficit Equacionado	(314.797)	(321.050)
• (-) Patrocinadores (a)	(152.409)	(155.490)
• (-) Participantes (b)	(152.409)	(155.490)
• (-) Assistidos	(9.979)	(10.070)
Por Ajuste das Contribuições Extraordinárias	(26.045)	(34.294)
• (-) Patrocinadores (a)	(26.045)	(34.294)

Observação: Reclassificação de valores nas provisões matemáticas a constituir legendas (a) e (b) conforme critério do Atuário Responsável pelo Plano (GAMA - Consultores Associados).

12. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Demonstra o resultado acumulado obtido pelo Plano de Benefício. A rubrica Equilíbrio Técnico apresenta os valores referentes ao superávit/déficit técnico acumulado e a Reserva Especial para Revisão de Plano.

No encerramento do exercício de 2016 o Plano BD nº 001 apresenta o Déficit Técnico de R\$ 144.725 mil, representando 9,35% em referência as Provisões Matemáticas Constituídas, sem considerar equilíbrio técnico ajustado pela precificação dos Ativos.

Formação do Resultado do Exercício	2016	2015	Variação
Saldo Anterior Superavit/Déficit Acumulado (a)	(121.671)	(56.702)	114,58%
Contribuições Patrocinadora e Participantes	132.763	123.308	7,67%
Reajustes dos Contratos c/Patrocinadora	10.316	14.262	-27,66%
Resultado dos Investimentos	170.917	134.539	27,04%
Despesas Previdenciais	(136.503)	(116.035)	17,64%
Provisão/Reversão de Contribuições	(37.867)	68.087	-155,62%
Contingência Previdencial	(9.406)	(2.322)	305,06%
Povisões Matemáticas	(146.309)	(280.508)	-47,84%
Custeio Previdencial - Cobertura Despesas Administrativas	(6.966)	(6.300)	10,57%
Total da Variação no Exercício (b)	(23.054)	(64.969)	-64,52%
Saldo Superavit/Déficit Acumulado (a + b)	(144.725)	(121.671)	18,95%

13. FUNDOS

Os Fundos são recursos econômico-financeiros com destinação específica, voltados a suprir as necessidades das atividades desenvolvidas pela Funcorsan:

- a) **Fundo Administrativo** – é formado pelo resultado entre valores recebidos para o custeio administrativo da Funcorsan, o fluxo dos investimentos e as despesas administrativas.

O resultado do Fundo Administrativo reconheceu uma constituição de R\$ 828 mil. O montante do fundo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 4.241 mil (R\$ 3.412 mil em 2015).

- b) **Fundo dos Investimentos** – é formado pela taxa de quitação por morte sobre os empréstimos concedidos pela Funcorsan, destinado a quitação de saldo devedor de empréstimo pela eventualidade de falecimento do participante. O montante do fundo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 544 mil (R\$ 551 mil em 2015).

14. IMPACTO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL NO RESULTADO

a) Cálculo da Taxa de Juros atuarial para o exercício de 2016

A taxa de juros de 5,61% foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº15, de 19 de novembro de 2014, Instrução PREVIC nº23, de 26 de junho de 2015 e Portaria PREVIC nº 708, de 25 de dezembro de 2015.

De acordo com metodologia constante nos referidos normativos a “duração” do passivo do Plano de Benefícios BD 01 resultou em 13,86 anos, com uma taxa parâmetro mínima de 4,37% ao ano e máxima de 6,64% ao ano.

A adequação e a aderência da taxa de juros constam do estudo técnico, que confirmou a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao Plano de custeio e ao fluxo de receitas de contribuição e de pagamento de benefícios, em entendimento à Resolução CNPC nº15, de 19 de novembro de 2014 e à Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015 e consequentemente a adoção da taxa de juros 5,61% ao ano, que foi utilizada na Avaliação Atuarial de dezembro de 2016.

b) Impactos Apurados na Avaliação Atuarial

Com base em estudos econômicos e atuariais realizados durante o ano de 2016, ocorreram alterações em premissas que vinham sendo utilizadas nas Avaliações Atuariais dos exercícios anteriores.

Diante disso, apresentamos quadro que sintetiza o impacto da Avaliação Atuarial nas Provisões Matemáticas do Plano da Funcorsan:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil		
	2016	2015	Variação %
Provisões Matemáticas	1.548.598	1.402.290	10,43%
Benefícios concedidos	1.168.050	1.059.791	10,22%
Benefícios a conceder	721.390	697.843	3,37%
(-) Provisões matemáticas a constituir	-340.842	-355.344	-4,08%
Equilíbrio Técnico - Déficit Acumulado	-144.725	-121.671	18,95%

As variações das Provisões Matemáticas em 2016 culminaram na elevação de 10,43% das provisões totais do Plano, comparativamente ao exercício de 2015, decorrente das seguintes causas:

- As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos montam, em 31 de dezembro de 2016, o aumento de 10,22%, comparado ao apurado na Avaliação Atuarial em 31 de dezembro de 2015. Conforme Relatório GAMA 123 – RE 104/17, o aumento nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos é motivado pela concessão de novos benefícios, bem como pelo aumento do valor médio dos benefícios pagos, o que superou a involução natural das provisões matemáticas de benefícios concedidos.
- As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder demonstram, em 31 de dezembro de 2016, um aumento de 3,37% comparativamente ao apurado na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2015, o aumento é motivado, principalmente, pelo aumento no número de ativos do Plano e a elevação do Salário Real de Benefício - SRB médio, bem como às alterações das premissas de fator de capacidade de entrada em invalidez, o aumento das Provisões de Benefícios a Conceder foi atenuado pela alteração da premissa de composição familiar de ativos e pelas concessões de benefícios.
- As Provisões Matemáticas a Constituir, em 31 de dezembro de 2016, apresentam um decréscimo de 4,08% comparado a Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2015. A redução das Provisões Matemáticas a constituir é decorrente do pagamento das parcelas durante o exercício de 2016, que superaram a atualização pela taxa de juros e inflação do período.
- O déficit do Plano aumentou em 18,95%, representando um déficit técnico no exercício de R\$ 23.054 mil.

As informações dispostas no item supra estão em conformidade com o Parecer Gama nº 137/2017.

15. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS – APURAÇÃO DE RESULTADOS E SOLVÊNCIA

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, alterada pela Resolução nº 16, de 19 de novembro de 2014, Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

A Funcorsan efetuou o procedimento para apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, a partir do encerramento do exercício de 2016, o Ajuste de Precificação dos Ativos, que corresponde à

diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (5,61%), e o valor contábil desses títulos.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser a base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para equacionamento de déficit técnico dos Planos de benefícios de caráter previdenciário, dependendo do caso.

A Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada Plano de Benefícios (*duration* do passivo atuarial).

Tratamento do Déficit:

Déficit	Resolução CNPC nº 22/2015
Limite	(Duração - 4) X 1%
Gatilho	Eliminar gatilho (passa a ser automático).
Valor a ser equacionado	Se déficit > limite, equaciona o que ultrapassar o limite. Se déficit < limite, não há equacionamento.
Tratamento do Déficit	Promove a equidade no equacionamento de déficit, tendo a duração como critério de diferenciação.
Tratamento do Déficit	Limitado à Duration de 4 anos. Para valores inferiores a 4 anos, eventuais déficits são equacionados anualmente de maneira integral, com contratos firmados pelo patrocinador.
Planos de Equacionamento	Os Planos de equacionamento deverão prever fluxos de contribuições lineares ou decrescentes (nunca crescentes).

Para fins de controle e o acompanhamento contábil e financeiro dos títulos objeto dos ajustes de precificação no encerramento do exercício de 2016, segue abaixo as informações necessárias:

Cálculo de Duração do Passivo e Ajuste de Precificação - Previc			
Cálculo ajuste NTN-B e NTN-C			
Dados para cálculo			
Data da Carteira:	31/12/2016		
Taxa de Juros Real Anual	5,61		
Posição	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
NTN-B Accrual	848.296.620,23	950.439.639,44	102.143.019,21
NTN-C Accrual	6.958.131,87	7.412.628,62	454.496,76
Total	855.254.752,10	957.852.268,06	102.597.515,97
Análise das Durações	Art. 9º, inciso V, da IN Previc nº 19, de 04/02/2015		
	Requisito atendido		
Duração do passivo	13,86		
Duração dos títulos	11,45		
Análise dos VP	Art. 9º, inciso III e IV, da IN Previc nº 19, de 04/02/2015		
	Requisito atendido		

A *duration* do passivo do Plano BD nº 001 da Funcorsan é de 13,86 anos em 2016. Com isso, a zona de equilíbrio para o caso de déficit técnico é 9,86%.

O valor apurado (positivo) da precificação dos ativos de R\$ 102.598 mil foi destinado ao equacionamento do déficit e contribuiu para o Equilíbrio Técnico Ajustado, apresentado nas “5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado” do Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DALPB. O equilíbrio técnico ajustado acumulado, do Plano BD nº 001, da Funcorsan bem como, o índice de Solvência, está a seguir demonstrado:

Apuração de Resultados - Superávit / Déficit Técnico e Equilíbrio Técnico Ajustado – 2016	
A) Cálculo dos Limites	
1) Saldo Provisões Matemáticas (conta 2.3.1.1)	1.548.598
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado	
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	9,86%
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que pode permanecer ((1) *(2.1)) *-1	(152.692)
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado	
3) Equilíbrio Técnico Contábil (conta 2.3.1.2)	(144.725)
4) Ajuste de Precificação Positivo	102.598
5) = (3) + (4) Equilíbrio Técnico Ajustado	(42.127)
6) = (5) / (1) x 100 = Índice de solvência	2,72%

Conforme observado, no demonstrativo, no exercício de 2016 o Plano BD nº 001 encerrou o exercício de 2016 com equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 42.127 mil, o que resultou em um índice de solvência de 2,72%, inferior ao limite de 9,86% da zona de equilíbrio mínima. Desta forma, no referido exercício não existe a obrigatoriedade de elaboração e aprovação de Plano de equacionamento de déficit técnico.

FUNDAÇÃO CORSAN – DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.






Elena Hahn Raupp	Adimilson Luiz Stodulski	Gilmar Antonio Arnt	Baiard Silva Ozorio
Diretora Superintendente	Diretor Financeiro e Administrativo	Diretor de Seguridade	Contador CRC/RS 57.807/O-4
CPF: 177.314.700-59	CPF: 560.601.140-91	CPF: 407.143.810-04	CPF: 653.122.870-91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas de

Fundação Corsan – Dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento- Corsan

Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Corsan – Dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento- Corsan**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os Planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do Plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por Plano de Benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do Plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do Plano de Benefícios para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Fundação Corsan – Dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento- Corsan** e individual por Plano de benefício em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado e por Plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, sobre os quais emitimos relatório de auditoria, datado de 10 de maio de 2016, sem modificação na opinião, que continha ênfase sobre o recebimento de créditos contra a Patrocinadora, no montante de R\$ 34.137 mil, pela responsabilidade daquela no equacionamento do déficit técnico verificado no ano de 2008 e pela manutenção do equilíbrio técnico do Plano de Benefícios, conforme TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) celebrado em 29.07.2014 entre a Funcorsan e a PREVIC. O

recebimento deste valor está condicionado ao sucesso nas tratativas para assunção e definição da forma de pagamento pela Patrocinadora.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

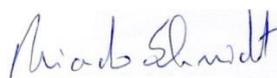
Porto Alegre, 26 de maio de 2017.

BAKER TILLY BRASIL RS AUDITORES INDEPENDENTES

CRCRS 6.706



Luiz Fernando Silva Soares
Contador CRCRS 33.964



Ricardo Schmidt
Contador CRCRS 45.160

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO CORSAN – DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado em 31/12/2016, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, a Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefício - DAL, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício - DMAL, a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano - DPTP, as Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis, o Parecer Atuarial n  137/17, bem como as demais demonstrações contábeis relativas ao encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e a manifestação da Diretoria Executiva em sua Ata n  711/2017, observando o disposto no parecer dos Auditores Independentes, **são de opinião de que tais documentos merecem aprovação.**

Porto Alegre, 29 de maio de 2017.



Arilson W nsch
Presidente do Conselho Fiscal



Alberto Domingos Pagliarini



Ivan Edi nio de Andrade



Ronaldo Souza da Silva

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO CORSAN - DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado Balanço Patrimonial Consolidado na posição de 31/12/2016; Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS; Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA; Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefício - DAL; Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido - DMAL; Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano – DPTP; Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31/12/2016, Parecer Atuarial n  137/17, e o Parecer dos Auditores Independentes, bem como as demais demonstrações contábeis relativas ao encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, ainda, observando o disposto nas Atas da Diretoria Executiva n  711/2017 e o Parecer do Conselho Fiscal, aprovam os documentos acima enunciados.

Porto Alegre, 29 de maio de 2017.



Alessandra Cristina Fagundes dos Santos
Presidente do Conselho Deliberativo



Marcelo Santos da Rocha



Keyla Azzolin Marini



Delso Francisco Zwirtes



Sidnei Lima da Silva



Sady Xavier da Cruz



Vanessa Castro
Secretária

